



INFÂNCIA COMO PRIORIDADE E CUIDADO COMO CONTRADIÇÃO: DESENVOLVIMENTO INFANTIL, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E ECONOMIA POLÍTICA DA SOBRECARGA MATERNA

Childhood as a priority and care as a contradiction: child development, gender socialization, and the political economy of maternal overload

Enne Moreira Lima Soares THOMÉ

Centro de Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil

ennemoreiralima@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-7988-478X> 

Thiago Pereira LIMA

Centro de Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão
São Luís-MA, Maranhão, Brasil

tp.lima@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0002-2571-905X> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO: Este artigo analisa a produção social da sobrecarga materna a partir da articulação entre a sociologia da infância, a teoria do apego e a economia política do cuidado. Sustenta-se que a centralidade contemporânea do vínculo no desenvolvimento infantil, amplamente respaldada por evidências da psicologia e da neurobiologia relacional, não foi acompanhada por uma reorganização estrutural das condições materiais do cuidado. Argumenta-se que a maternidade intensiva não emerge apenas como ideal cultural, mas como efeito de uma contradição estrutural: a infância é afirmada como prioridade absoluta enquanto o trabalho reprodutivo permanece privado, feminizado e racialmente hierarquizado, tensionando discurso e prática. O artigo discute, ainda, que a sobrecarga materna é construída desde a infância, por meio de processos de socialização diferenciados entre meninas e meninos, que produzem disposições desiguais para o cuidado. Sustenta-se que a proteção efetiva da infância exige a democratização estrutural do cuidado, articulando redistribuição material e justiça social de gênero, raça e geração.

Palavras-chave: Infância. Socialização de gênero. Economia do cuidado. Reprodução social. Políticas públicas.

Abstract: This article analyzes the social production of maternal overload through the articulation of childhood sociology, attachment theory, and the political economy of care. It argues that the contemporary centrality of early bonding in child development—strongly supported by psychological and neurobiological evidence—has not been accompanied by a structural reorganization of the material conditions of care. Intensive motherhood emerges not merely as a cultural ideal, but as the effect of a structural contradiction: childhood is proclaimed as a social priority while reproductive labor remains privatized, feminized, and racially stratified. The article further demonstrates that maternal overload is prepared from childhood itself, through gender-differentiated socialization processes that produce unequal dispositions toward care. It argues that effective child protection requires the structural democratization of care, combining material redistribution and intergenerational justice.

Keywords: Childhood. Gender socialization. Care economy. Social reproduction. Public policy.

INTRODUÇÃO

A parentalidade contemporânea consolidou-se como categoria normativa central no debate público sobre a infância, especialmente a partir da incorporação de evidências médico-científicas que demonstram a relevância do vínculo precoce para o desenvolvimento emocional e cognitivo do indivíduo. Estudos oriundos da psicologia do desenvolvimento, da psiquiatria infantil e, mais recentemente, da neurobiologia relacional, passaram a sustentar que as experiências iniciais não apenas influenciam, mas estruturam a organização psíquica e neurofisiológica da criança. O vínculo tornou-se, assim, fundamento científico da proteção à infância.

Entretanto, essa centralidade não emergiu em vazio social. Ela coincide com a intensificação da responsabilização individual das mulheres pelo cuidado, deslocando para o âmbito privado demandas que são estruturalmente públicas. A valorização discursiva da infância foi acompanhada por uma moralização crescente da maternidade. Se o desenvolvimento depende da qualidade do ambiente, quem é socialmente convocado a garanti-lo? Sob quais condições materiais esse ambiente pode ser produzido?

A parentalidade é compreendida, neste artigo, como campo de disputas simbólicas e materiais que atravessa corpos, instituições e políticas públicas. Não se restringe à experiência individual de mães e pais, mas envolve relações entre Estado, mercado, saberes especializados e organização do trabalho reprodutivo. A maternidade constitui apenas uma de suas faces, ainda que seja a mais regulada moralmente. A figura da “boa mãe”, nesse cenário, opera como dispositivo normativo que organiza expectativas sociais, distribui responsabilidades e disciplina subjetividades.

No Brasil, o reconhecimento jurídico da criança como sujeito de direitos produziu avanços normativos significativos, especialmente após a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Contudo, tais avanços não alteraram substancialmente a divisão sexual do trabalho, que sustenta a reprodução social. O cuidado permaneceu e permanece majoritariamente feminizado, racializado, invisibilizado economicamente e naturalizado culturalmente como extensão do corpo feminino.

Este artigo parte da hipótese de que a centralidade contemporânea do cuidado, quando descolada de crítica estrutural, pode operar como tecnologia moral de intensificação da sobrecarga feminina e, paradoxalmente, de desproteção à própria

infância. Não se trata de negar a importância do vínculo, mas de investigar as condições sociais que o tornam possível. Pode haver ambiente regulador estável e favorável ao pleno desenvolvimento em estruturas marcadas por desigualdade de gênero, precarização do trabalho e sobrecarga materna?

O problema de pesquisa que orienta esta análise pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo a valorização científica do vínculo, especialmente a partir da teoria do apego e das neurociências do desenvolvimento, articula-se com uma organização social que distribui desigualmente o trabalho de cuidado? Em que medida a pedagogia da “boa mãe” é construída desde a própria infância, por meio de processos de socialização diferenciados entre meninas e meninos?

Epistemologicamente, o artigo inscreve-se na sociologia da infância e na economia política do cuidado, em diálogo crítico com a psicologia do desenvolvimento. A infância é tratada como categoria social e estrutural; o cuidado, como trabalho socialmente necessário à reprodução da vida; e a teoria do apego, como campo de saber cuja apropriação cultural precisa ser analisada, uma vez que integra e fundamenta as políticas parentais contemporâneas.

O texto organiza-se em quatro movimentos articulados: (1) a infância como construção histórica e categoria estrutural; (2) a teoria do apego e as condições sociais do desenvolvimento; (3) a socialização infantil e a hierarquia dos papéis de gênero; (4) a economia política do cuidado, a governamentalidade contemporânea e a crítica às políticas focalizadas no Brasil.

INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CATEGORIA ESTRUTURAL

A compreensão da infância como categoria social é condição prévia para qualquer análise consistente sobre cuidado e maternidade. Se tomada como dado natural, a discussão tende a permanecer no plano biológico, moral ou psicológico. Se compreendida como construção histórica e estrutural, torna-se possível interrogar as condições sociais que organizam sua proteção.

Ariès (1981) demonstrou que a infância, tal como concebida na modernidade ocidental, é fenômeno histórico relativamente recente. A criança medieval não era percebida como sujeito radicalmente distinto do adulto. A “descoberta da infância” coincide com a reorganização da família burguesa e com a moralização do espaço doméstico.

Essa ruptura epistemológica impede a naturalização das expectativas dirigidas às crianças e às mulheres. Se a infância foi historicamente produzida, também o foram os modelos de cuidado.

Jens Qvortrup (2008), sociólogo e pesquisador dinamarquês, amplia essa perspectiva ao definir a infância como categoria estrutural permanente. A sociedade compreende a infância como grupo social específico. Embora as crianças cresçam e saiam da infância, esta permanece enquanto posição na estrutura social, tanto quanto raça, gênero e classe. Sempre haverá uma geração ocupando essa posição. Essa formulação desloca a análise do plano psicológico para o plano estrutural: a infância participa da divisão social do trabalho e da organização da vida.

A infância não desaparece quando a criança cresce; ao contrário, ela é continuamente reproduzida socialmente. O autor sugere que a criança não é apenas o “vir a ser”. Ela já é um sujeito social no presente.

Sua contribuição analítica é crucial para o modo como podemos tensionar o debate sobre o cuidado. Mesmo não inseridas no mercado de trabalho, as crianças exigem políticas públicas, consomem bens e serviços, organizam a dinâmica familiar, estão nas políticas educacionais e impactam a economia doméstica e a economia do Estado. Portanto, a infância tem uma função estrutural na reprodução social. Ela não é externa à economia; é parte dela.

Assim como há hierarquias de classe e gênero, há hierarquias entre adultos e crianças. Uma vez que os adultos detêm poder, controlam recursos e produzem normas, as crianças são reguladas, têm autonomia limitada e são objetos de políticas públicas. Portanto, a infância também ocupa uma posição marcada por relações desiguais de poder.

Se entendemos que a infância é estrutural, não podemos protegê-la individualmente sem analisar como a sociedade organiza essa posição. Políticas para a infância frequentemente assumem caráter assistencial, quando deveriam ser estruturais. Isso muda completamente a forma de pensar a educação infantil, o cuidado e a proteção.

Neste artigo, propõe-se uma articulação entre a economia política do cuidado e a reprodução social a partir do paradigma inaugurado por Qvortrup (2008), entendendo a infância como categoria estrutural, não apenas como uma fase do desenvolvimento.

No contexto brasileiro, Rosemberg (1987) demonstrou que a produção acadêmica e as políticas voltadas à educação infantil são atravessadas por disputas e

desigualdades. A infância pobre tornou-se alvo privilegiado de intervenções compensatórias, frequentemente desvinculadas de políticas de redistribuição estrutural.

Em diálogo com a concepção de infância como categoria estrutural formulada por Qvortrup (2008), Rosemberg (1987) evidencia que as políticas de educação infantil participam da própria organização estrutural da posição da infância na sociedade brasileira. Se, para o sociólogo dinamarquês, a infância constitui uma categoria permanente da ordem geracional, atravessada por relações de poder e pela própria divisão social do trabalho, Rosemberg (1987) demonstra que, no contexto brasileiro, essa posição é internamente estratificada por classe e raça. A focalização compensatória dirigida à “infância pobre” não altera a estrutura que produz as desigualdades, mas tende apenas a administrá-las, deslocando, frequentemente, o debate da redistribuição material para a correção de supostos déficits familiares.

Assim, a infância, embora reconhecida juridicamente como sujeito de direitos, permanece organizada sob hierarquias sociais que definem quais crianças são concebidas como prioridade pública e quais são tratadas como problema social. A articulação entre esses autores nos permite compreender que a democratização da infância exige não apenas a ampliação do acesso a serviços, mas a reconfiguração estrutural das relações de gênero, raciais e geracionais, bem como das bases materiais que sustentam o cuidado.

Essas perspectivas compreendem a infância como construção histórica, categoria estrutural e campo político, e não apenas como sujeito psicológico. Se a infância é estrutural, o cuidado que a sustenta também o é. Essa constatação prepara o terreno para a análise das teorias desenvolvimentistas que fundamentam a centralidade do vínculo, entendido como base da ação parental.

TEORIA DO APEGO, NEUROBIOLOGIA E CONDIÇÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

O conceito central de Bowlby (2002) não se refere apenas ao questionamento da maternidade biológica, mas a estabilidade relacional. Ainsworth (1978) ao desenvolver as pesquisas de Bowlby, por sua vez, demonstrou empiricamente que a variável determinante no apego é a sensibilidade do cuidador às necessidades da criança. O foco central da teoria do apego, portanto, é o deslocamento do instinto para a qualidade da interação.

Stephen Porges¹, ao formular a complexa teoria polivagal, sustenta que o sistema nervoso autônomo se organiza a partir de experiências de segurança ou ameaça no ambiente social. A segurança é condição neurobiológica construída relacionalmente. Se em Bowlby (2002), a premissa é a de que o vínculo com uma cuidadora responsiva constitui condição do desenvolvimento infantil saudável, Porges (2010) radicaliza essa compreensão. O apego não é atributo interno da criança nem qualidade moral da mãe; ao contrário, emerge de interações situadas em contextos sociais específicos.

A teoria polivagal mostra que o “estado de segurança” não é uma metáfora afetiva, mas um estado neurofisiológico concreto e dependente de condições relacionais contextuais. Quando lidas em conjunto, ambas as teorias convergem na ideia de que o ambiente não atua como pano de fundo do desenvolvimento infantil, mas como elemento constitutivo da organização psíquica e corporal da criança.

A psicóloga Delahooke (2019), por sua vez, reforça que os comportamentos infantis são expressões do estado do sistema nervoso em determinado contexto, corroborando ambas as perspectivas e aprofundando a centralidade do ambiente, pois desloca a interpretação do comportamento infantil do campo moral para o campo neurobiológico contextual. Para a autora, os comportamentos não são escolhas voluntárias isoladas, mas expressões do corpo diante das condições ambientais e relacionais vivenciadas pelas crianças. A autora concorda tanto com Bowlby (2002) quanto com Porges (2010) ao enfatizar que a segurança emocional depende de relações estáveis e ambientes seguros.

Essas contribuições convergem em um ponto: o ambiente é constitutivo do desenvolvimento. Se o ambiente molda o cérebro, então sua estabilidade não pode ser tratada como algo deslocado do ambiente.

No entanto, culturalmente, a centralidade do vínculo foi frequentemente apropriada como prescrição moral dirigida às mães. A exigência de disponibilidade constante converte-se em parâmetro de avaliação da “boa maternidade”. Assim, a ciência do apego, ao enfatizar a importância do ambiente, abre espaço para uma crítica

¹ Stephen W. Porges é neurocientista e professor norte-americano, reconhecido por desenvolver a Teoria Polivagal, apresentada inicialmente na década de 1990 e sistematizada em *The Polyvagal Theory: Neurophysiological Foundations of Emotions, Attachment, Communication, and Self-Regulation* (2011). Sua principal contribuição consiste em demonstrar que o sistema nervoso autônomo organiza respostas hierárquicas de segurança, mobilização e defesa, influenciando diretamente a regulação emocional, o comportamento social, os processos de apego e a capacidade de aprendizagem. Segundo Porges, a percepção neurofisiológica de segurança (neuroception) é condição fundamental para o engajamento social e para o desenvolvimento saudável.

estrutural; mas, quando capturada moralmente, pode reforçar a responsabilização individual.

Acionar Qvortrup (2008) anteriormente à análise das teóricas psicomédicas aqui brevemente apresentadas reforça que é possível avançarmos do plano relacional para o plano estrutural. Uma vez que o ambiente é central para o desenvolvimento e a infância é uma categoria estrutural da sociedade, então as condições ambientais que sustentam o apego e a regulação não podem ser tratadas como responsabilidade privada das famílias, mas como questão pública e política. A estabilidade relacional pressuposta em Bowlby (2002) e a segurança neurofisiológica descrita por Porges (2010) dependem da organização social do cuidado, do tempo disponível, das políticas de proteção e da redistribuição material. Assim, a articulação entre esses autores permite sustentar que o desenvolvimento infantil é inseparável da estrutura social que organiza a posição da infância.

O ambiente não é um cenário, é a infraestrutura. Nesse sentido, compreender o apego ou a regulação implica analisar as bases socioeconômicas, geracionais e políticas que tornam o cuidado possível. Afinal não existe infância fora de um contexto, fora da cultura, fora da realidade material objetiva.

A questão central, portanto, torna-se inevitável: se o desenvolvimento depende de estabilidade relacional, quem sustenta essa estabilidade?

SOCIALIZAÇÃO INFANTIL, MATRIZ MAIOR/MENOR E PRODUÇÃO DA DISPONIBILIDADE FEMININA

Antes de examinar a organização material do cuidado, é necessário compreender como se formam aqueles que serão convocados a produzi-lo.

A socialização infantil distribui expectativas de cuidado de forma diferenciada. Meninas são incentivadas à empatia, à regulação emocional e à responsabilidade relacional; meninos, à autonomia e à afirmação. Essa pedagogia silenciosa constrói disposições incorporadas ao longo do tempo. A organização material, portanto, é previamente ancorada em uma pedagogia do gênero que naturaliza a disponibilidade feminina.

Badinter (1985) demonstrou que o amor materno não é instinto universal, mas construção histórica associada à consolidação da família burguesa e à moralização da maternidade. Ao historicizar o “instinto”, a autora desestabiliza a ideia de que as mulheres cuidam porque são programadas biologicamente a fazê-lo. Adichie (2015)

sintetiza a dimensão pedagógica desse processo ao afirmar que ensinamos meninas a se diminuïrem para caber em expectativas que não impomos aos meninos. Essa socialização diferencial produz disposições incorporadas: empatia, responsabilidade relacional e autossacrifício tornam-se competências esperadas do feminino. Assim, o cuidado é antecipadamente inscrito nos corpos e nas subjetividades das meninas, preparando a base simbólica que, mais tarde, sustentará sua sobrecarga material.

A matriz simbólica maior/menor organiza hierarquias estruturais: adulto/criança, homem e mulher, produtivo e reprodutivo. O polo associado ao cuidado ocupa posição subordinada. A mulher, historicamente vinculada ao espaço doméstico, aproxima-se simbolicamente da figura do “menor”, responsável por sustentar relações de cuidado.

A maternidade (im)possível não surge apenas na vida adulta; ela é precedida por uma longa preparação de disposições e expectativas.

Nesse ponto, a obra de bell hooks oferece um olhar complementar ao debate, com certo cuidado para que sua contribuição não pareça deslocada da base conceitual que a perspectiva de Jens Qvortrup nos oferece enquanto fundamento desta discussão. Diferentemente do autor dinamarquês, cuja formulação opera no plano macrossociológico da estrutura geracional, hooks (2023) escreve a partir de uma crítica territorial e racializada do pertencimento e do vínculo. Sua abordagem, por ser ensaística e situada, marcada pela experiência histórica da população negra norte-americana do Sul dos Estados Unidos, e não pela modelagem conceitual de categorias universais e estruturais, não substitui essa análise, mas contribui para evidenciar que o ambiente onde se processa o desenvolvimento infantil não é neutro nem homogêneo: ele também é atravessado por especificidades territoriais e raciais, além de profundas desigualdades que moldam as possibilidades de vínculo e de pertencimento desde a infância.

No diálogo com a socialização infantil e a produção da disponibilidade feminina, hooks (2023) nos leva a compreender que o vínculo também é uma forma de pedagogia. Meninas aprendem, em contextos racial e economicamente situados, que seu valor está associado à manutenção de vínculos, ao cuidado do espaço doméstico e à preservação da família. Essa formação relacional precoce, longe de ser apenas um traço cultural, articula-se à organização material do cuidado e à divisão sexual do trabalho, produzindo subjetividades orientadas à responsabilidade afetiva e à sustentação do outro. Assim, a disponibilidade feminina não emerge espontaneamente na maternidade; ela é cultivada socialmente em territórios específicos, sob condições estruturais desiguais. Ao tensionar pertencimento, raça e lugar, a autora contribui, sem dúvida, para

compreender a socialização feminina como parte da engrenagem que garante a continuidade da reprodução social e da feminização do cuidado.

ECONOMIA POLÍTICA DO CUIDADO, REPRODUÇÃO SOCIAL E GOVERNAMENTALIDADE

Se, como vimos, a socialização infantil produz disposições diferenciadas para o cuidado, formando meninas para a responsabilidade relacional e meninos para a autonomia, então a organização material do cuidado não pode ser analisada como etapa posterior ou mero desdobramento da vida adulta. O que se consolida na economia política do cuidado encontra suas raízes na pedagogia silenciosa da infância. A produção da disponibilidade feminina é simultaneamente simbólica e material: ela é cultivada na socialização e, posteriormente, explorada na estrutura econômica. Nesse sentido, o cuidado não é apenas prática afetiva ou tarefa doméstica; o cuidado é infraestrutura da vida social.

A reprodução social do cuidado se expressa no conjunto de atividades visíveis e invisíveis que garantem a continuidade cotidiana da vida e a renovação das gerações, sustentando a sociedade antes mesmo que a produção mercantil possa ocorrer.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)² indicam que as mulheres brasileiras dedicam aproximadamente o dobro de horas ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado em comparação aos homens (IBGE, 2023). Essa desigualdade é atravessada por classe e raça: mulheres pobres e negras concentram-se tanto no cuidado não remunerado quanto no trabalho doméstico precarizado.

Se o cuidado é condição estrutural da vida social, por que permanece tratado como responsabilidade exclusiva do universo familiar e feminino? Como se sustenta uma sociedade que afirma a centralidade da infância, mas não reorganiza a base material que permite sua proteção? A insistência em soluções focalizadas, como cursos parentais, orientação comportamental, medicalização ou diagnosticização do desenvolvimento, pode produzir uma ilusão de intervenção, enquanto mantém intacta

² PNAD Contínua – módulo “Outras Formas de Trabalho” é um suplemento anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que investiga, entre a população de 14 anos ou mais, a realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado de pessoas, além do trabalho voluntário e da produção para o próprio consumo. Em consonância com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), essas atividades são reconhecidas como formas de trabalho, embora não sejam remuneradas nem contabilizadas no Produto Interno Bruto (PIB). Por mensurar o tempo dedicado ao cuidado e sua distribuição entre homens e mulheres, esse módulo constitui a principal fonte estatística brasileira para estudos sobre economia do cuidado, divisão sexual do trabalho e reprodução social.

a divisão sexual do trabalho que estrutura a sobrecarga feminina. Ao deslocar a questão para o plano da competência materna, corre-se o risco de obscurecer o problema estrutural: quem sustenta o tempo, a energia e os recursos necessários para que o ambiente regulador ideal exista?

Mais ainda, se as teorias do apego e da neurobiologia relacional demonstram que o desenvolvimento depende da estabilidade e da segurança, o que ocorre quando essa estabilidade é minada pela precarização do trabalho, pelas jornadas extensas e pela ausência de políticas públicas de equidade parental?

Desse modo, podemos assistir a uma governamentalidade contemporânea que incorpora o discurso científico sobre o apego como tecnologia de responsabilização individual sem movimentar, estruturalmente, as condições para que a proteção à infância, de fato, aconteça. A mãe é interpelada a otimizar o ambiente relacional, mesmo em condições de precariedade. A parentalidade então torna-se um projeto de gestão eficiente do desenvolvimento infantil.

A crítica de Rosemberg (1987) às políticas compensatórias evidencia que a focalização em comportamentos parentais, sem redistribuição estrutural, pode transformar a compreensão de que a raiz da questão não está na desigualdade social, mas sim na responsabilização individual.

Se o ambiente molda o desenvolvimento, então a proteção da infância exige reorganização estrutural do cuidado. Pode haver segurança neurofisiológica em contextos de insegurança econômica? Pode-se exigir responsividade emocional de quem vive sob exaustão física? Essas questões deslocam o debate da moralização da maternidade para a crítica da organização do cuidado. Democratizar a infância implica, necessariamente, democratizar as condições materiais que tornam o cuidado possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade (im)possível é efeito de uma contradição estrutural: a infância é afirmada como prioridade no plano normativo, mas o cuidado que a sustenta permanece privado, feminizado e racialmente hierarquizado. Se, como argumenta Qvortrup (2008), a infância constitui categoria estrutural permanente da sociedade, não é plausível tratá-la como responsabilidade episódica das famílias. A estrutura social produz continuamente a posição da infância; contudo, delega a sustentação material dessa posição a arranjos domésticos desiguais.

Ao retomar o percurso desenvolvido neste artigo, torna-se evidente que a proteção da infância não pode ser compreendida por uma única dimensão analítica. A compreensão da infância como categoria histórica e estrutural permitiu situar o cuidado para além do espaço privado. Em seguida, o diálogo entre a teoria do apego e a neurobiologia relacional evidenciou que o desenvolvimento infantil depende de condições ambientais estáveis, cuja produção ultrapassa a esfera das escolhas individuais.

A análise da socialização de gênero demonstrou que a disponibilidade feminina para o cuidado começa a ser construída desde a infância, construindo simbolicamente desigualdades que serão posteriormente materializadas na divisão sexual do trabalho.

Por fim, a economia política do cuidado revelou que a reprodução da vida permanece sustentada por uma organização social que invisibiliza e coloca o trabalho reprodutivo na dimensão privada.

É precisamente a articulação entre esses quatro movimentos que sustenta a tese central deste artigo: a democratização da infância exige, necessariamente, a democratização estrutural do cuidado.

As perguntas que se impõem são: como pode uma categoria estrutural depender de soluções privadas? Se a infância é parte da organização social, por que o trabalho que a mantém viva não o é?

Ao longo deste artigo, articulou-se a infância como categoria estrutural, o desenvolvimento como processo relacional, a socialização diferencial e a economia política do cuidado como infraestrutura da vida social. Bowlby (2002) demonstrou que o vínculo é condição de segurança emocional; Porges evidenciou que a regulação neurofisiológica depende de contextos de segurança relacional; e Delahooke (2019) reforçou que o comportamento infantil expressa estados do sistema nervoso moldados pelo ambiente. Se o ambiente é constitutivo do desenvolvimento, ele não pode ser tratado como cenário neutro ou palco de escolhas unicamente individuais. Quem produz esse ambiente? Sob quais condições materiais? Em que medida a exigência contemporânea de responsividade constante converte-se em tecnologia de responsabilização feminina, como sugere o conceito de governamentalidade?

A ciência do apego pode sustentar uma crítica estrutural ou continuará a servir à pedagogia moral da “boa mãe”? A sobrecarga materna, nessa perspectiva, não pode ser compreendida como falha individual nem como incapacidade privada de responder às demandas do cuidado. Trata-se de um produto histórico e socialmente produzido, cuja permanência cumpre uma função na organização contemporânea da reprodução

social, preservando a centralidade feminina no trabalho de cuidado, ao mesmo tempo em que desloca para o âmbito doméstico responsabilidades que deveriam ser compartilhadas entre Estado, mercado e sociedade. Em outras palavras, a culpabilização materna opera como mecanismo de invisibilização das bases estruturais que sustentam a divisão sexual do trabalho e permitem a continuidade da reprodução social em contextos de aprofundamento das relações capitalistas de produção.

No contexto brasileiro, gênero, classe e raça intensificam essa desigualdade. A divisão sexual do trabalho articula-se à divisão racial do cuidado, como evidenciam dados empíricos e como já indicou Rosenberg (1987) ao criticar políticas focalizadas que individualizam, em vez de considerarem as desigualdades estruturais. Se a infância pobre é alvo privilegiado de intervenções compensatórias, não estaríamos deslocando o debate da redistribuição para a correção comportamental? hooks (2023) lembra que o pertencimento é uma experiência territorial e racializada; não há segurança relacional em contextos marcados por precariedade e exclusão estrutural. Pode haver estabilidade emocional quando a base do cuidado é instável? Pode-se exigir presença plena de quem vive sob sobrecarga crônica?

Se o vínculo é condição de desenvolvimento, ele não pode depender da exaustão feminina. Se a infância é estrutural, o cuidado também deve sê-lo. Democratizar o cuidado é condição para democratizar os direitos da infância, não apenas ampliando o acesso a serviços, mas reconfigurando a divisão sexual e racial do trabalho, redistribuindo tempo, renda e responsabilidade. A questão que permanece, portanto, não é apenas como formar mães melhores, mas como reorganizar coletivamente a infraestrutura social do cuidado para que a proteção da infância deixe de repousar sobre a disponibilidade ilimitada das mulheres. Talvez o verdadeiro deslocamento teórico e político consista em assumir que não há desenvolvimento infantil sem justiça social e que toda pedagogia do vínculo é também uma questão de economia política.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Guilherme Miranda. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AINSWORTH, Mary D. S. *et al.* **Patterns of attachment**: a psychological study of the strange situation. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOWLBY, John. **Apego e perda**: apego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.

DELAHOOKE, Mona. **Beyond behaviors**: using brain science and compassion to understand and solve children's behavioral challenges. Eau Claire: PESI Publishing & Media, 2019.

hooks, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: outras formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

PORGES, Stephen W. **Teoria polivagal**: fundamentos neurofisiológicos das emoções, do apego, da comunicação e da autorregulação. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

QVORTRUP, Jens. Macroanalysis of childhood. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (ed.). **Research with children**: perspectives and practices. 2. ed. London: Routledge, 2008. p. 66-87.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 3-12, jul./dez. 1987.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

INFÂNCIA COMO PRIORIDADE E CUIDADO COMO CONTRADIÇÃO: DESENVOLVIMENTO INFANTIL, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E ECONOMIA POLÍTICA DA SOBRECARGA MATERNA

Childhood as a priority and care as a contradiction: Child development, gender socialization, and the political economy of maternal overload

Enne Moreira Lima Soares Thomé

Mestrado em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil
ennemoreiralima@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-7988-478X>

Thiago Pereira Lima

Doutor em Políticas Públicas
Curso de Bacharelado em Geografia
Centro de Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão
São Luís-MA, Maranhão, Brasil
tp.lima@ufma.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2571-905X>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Avenida Mário Andreazza, s/n, CEP 65068-500, São Luís, MA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Orientações e leitura do professor Doutor Thiago Pereira Lima, Curso de Bacharelado em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Thome, S. L. M Enne

Coleta de dados: Lima, P, Thiago e Thome, S. L. M Enne

Análise de dados: Lima, P, Thiago e Thome, S. L. M. Enne

Discussão dos resultados: Thome, S. L. M Enne

Revisão e aprovação: Lima, P Thiago

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 27-02-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026